

## A CONCEPÇÃO DE UM PROJETO DE OBSERVATÓRIO DE QUALIDADE DE VIDA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA EM CAMPINAS - SP.

*Marco Akerman\**  
*William Massei\*\**  
*Suely Cabral\*\**  
*Angela Broch\*\**  
*Agenor Cremomese\*\**  
*Terezinha Silveira Alves\*\**  
*Marisa T.M. Frichenbruder\*\**

**Resumo:** Partindo do pressuposto que a construção de uma Cidade Saudável exige esforços de todos seus moradores e que para que isto possa ser realizado a partir de bases científicas, os autores deste artigo apresentam a experiência do Projeto Observatório de Qualidade de Vida de Campinas com vistas à construção de um instrumento, indicador de qualidade de vida. As fases descritas foram as seguintes: mobilização intersetorial; conceituação e localização de áreas administrativas a áreas de planejamento com bases espaciais para o projeto urbanístico a ser realizado por futuras secretarias de ação regionais; construção do indicador de qualidade de vida propriamente dito a partir das bases de dados demográficos de 1991; discussões e recomendações. Tal exercício lançou bases para a consolidação de um instrumento eficiente e factível de monitoramento contínuo de um processo intersetorial de melhoria de qualidade de vida, tal qual propõe a OMS para Cidades Saudáveis.

**Palavras-chave:** construção; cidade saudável; qualidade de vida

---

\* Professor Titular de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina do ABC, pesquisador do CEDEC, Coordenador de Saúde CASSI-SP

\*\* Funcionários da Polícia Militar de Campinas na gestão dos Prefeitos José Roberto Magalhães Teixeira e Edvaldo Orsi.

## INTRODUÇÃO

O projeto “Cidades Saudáveis” foi criado em 1986 pela Organização Mundial da Saúde. A proposta pressupõe desenvolvimento de ações de longo-prazo que envolvam a totalidade dos setores governamentais, privados e comunitários das cidades envolvidas, a fim de aprimorar a qualidade de vida das pessoas que residem e trabalham nas áreas urbanas.

Dentro dessa perspectiva, a administração municipal de Campinas - gestão 93-96- desenvolveu projetos e programas com a diretriz básica de proporcionar a melhoria da qualidade de vida no município. Para fortalecer seu intento, e incorporar Campinas no contexto internacional da rede de cidades saudáveis o governo municipal estabeleceu parceria com entidades que pudessem assessorar os vários projetos desenvolvidos e que tiveram como pré-requisitos: alto grau de participação social, ecossistema estável e sustentável, economia local diversificada, necessidades básicas satisfeitas, orgulho e respeito pela herança cultural, etc.

A construção de uma “Campinas Saudável” exige esforço de todos moradores da cidade, na observação cotidiana da sua qualidade de vida. A fim de criar bases sólidas e sustentáveis para esse esforço coletivo, um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Governo apresentou à sociedade o projeto “Observatório da Qualidade de Vida da Cidade de Campinas”. Esse projeto busca introduzir gradualmente na cultura da gestão do município de Campinas mecanismos sistêmicos e periódicos, de acompanhamento histórico da qualidade de vida na cidade.

O presente artigo discute a experiência de construção deste “observatório”.

Sugeriu-se que a estruturação do Observatório fosse feita em quatro fases: (I) construção do indicador de Qualidade de Vida de Campinas (I.Q.V.) (II) estabelecimento de uma dinâmica participativa no processo de observação da qualidade de vida, com a extensão do projeto para amplos setores da comunidade (III) criação da Rede Municipal de Observação de Qualidade de Vida (IV) implantação de mecanismos e instrumentos permanentes de monitoramento da qualidade da vida no município de Campinas.

As próximas sessões dão destaque à descrição da fase I do “observatório” uma vez que as fases II, III e IV ficaram como propostas para a gestão municipal seguinte.

## O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO INTERSETORIAL

Em maio de 1995, a Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Campinas e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) iniciaram um processo de aglutinação de profissionais de várias secretarias do município para, numa abordagem intersetorial, elaborar um "indicador composto"<sup>1</sup> de qualidade de vida para a cidade de Campinas. O que justifica essa abordagem intersetorial para fenômenos ligados à qualidade de vida de populações urbanas?

DUHL (1993) nos lembra que um planejamento urbano seria mais eficaz se conseguisse aglutinar visões distintas e que através de uma série de processos de negociação pudesse acomodar as diversas expectativas.

Plenamente consciente dessas questões, autores, profissionais, agências de fomento e organizações públicas que atuam na área de planejamento urbano, em geral, e na área da saúde, em particular, vêm desde o início da década de 80, propondo a intersectorialidade como um dos princípios fundamentais para o enfrentamento sustentável dos problemas que acometem as populações humanas (Werna, 1994). Recentemente, o projeto "Cidades Saudáveis", da Organização Mundial de Saúde - OMS resgatou mais uma vez a necessidade da intersectorialidade e fez dessa condição fator relevante para o sucesso da proposta (DUHL, 1993, WERNA, 1995).

Entretanto, sabemos da dificuldade de implementarmos uma ação intersetorial. Um trecho de Pareto (1992) ilustra bem essa dificuldade e, mais ainda, informa o porque da necessidade de se buscar formas de superação da ótica setorial: "Na prática a maioria dos projetos e programas tem uma forte conotação setorial, refletindo a estrutura da administração urbana. Se não existir um planejamento que coordene os setores, cada um irá propor seu próprio projeto, baseado em sua visão da realidade urbana, e estabelecerá seus próprios objetivos e métodos. Assim sendo, os setores com maior poder político irão provavelmente receber maior fatia dos recursos disponíveis, enquanto os mais fracos terão que competir pelas sobras. Este processo tende a agravar as distorções e as desigualdades já existentes no espaço urbano" (PARETO, 1992).

Diante disso, sugeriu-se a abordagem intersetorial e o processo de busca de consenso para a construção do indicador de qualidade de vida de Campinas, como um exercício de prática

---

<sup>1</sup>O indicador composto é uma medida que associa diferentes variáveis sócio-econômicas e de ambiente num indicador sintético para analisar as características de grupos populacionais vivendo em determinadas áreas geográficas (Carstair e Morris, 1989a, 1989b, Locker, 1992).

intersectorial, partindo-se do pressuposto que a intersectorialidade não é uma condição que ocorre automaticamente, mas que deve ser construída na prática diária.

Um membro da Secretaria de Governo, coordenou esse processo e durante dois meses percorreu quase a totalidade das secretarias, autarquias e empresas municipais para identificar profissionais que pudessem compor um grupo de trabalho.

Após a formação desse grupo intersectorial ampliado, composto de aproximadamente 25 pessoas, de 14 secretarias, 1 autarquia e 3 sociedades de economia mista, realizaram-se quatro oficinas de trabalho, em julho e agosto de 1995.

Essas oficinas tiveram como ponto de partida a discussão de três “conceitos nucleadores” - vida, espaço urbano e transesteriedade. Essa discussão foi estimulada pelo uso de textos poesias, músicas, fotografias, recortes de jornais, relacionados direta ou indiretamente com os três conceitos nucleadores já mencionados. Um trabalho de campo também foi realizado para que os membros do grupo pudessem caracterizar o espaço urbano a partir dos elementos que o constitui. Essas duas etapas anteriores desembocaram na fase de construção do “indicador composto” constituída pelas seguintes tarefas: (1) decisão da base geográfica do indicador; (2) apresentação de lista de variáveis existentes nos bancos de dados do município compatíveis, com a base geográfica decidida; (3) seleção das variáveis a serem incluídas no indicador composto.

As unidades Territoriais Básicas - UTBs - estabelecidas pelo novo Plano Diretor foram escolhidas como a base geográfica do “indicador composto”, e as variáveis “renda”, “saúde”, “educação”, “transporte”, “habitação”, “meio-ambiente” foram eleitas como referencias para a produção de seis indicadores. Um grupo-executivo composto por sete pessoas foi formado para dar continuidade ao processo de construção do “indicador composto”.

Atividades mais urgentes, ligadas à elaboração do orçamento para o ano de 1996, impediram o grupo executivo de se reunir de forma periódica no segundo semestre de 1995. Essas reuniões foram retomadas, a partir do início de 1996, e desde então esse grupo reuniu-se periodicamente até a conclusão da Fase I - construção do I.Q.V.. Devido a esses contratempos, o mesmo conseguiu reportar-se, ao já referido grupo intersectorial ampliado apenas uma vez no decorrer do seu trabalho.

Os próximos tópicos detalham conceitos e métodos com os quais esteve envolvido o grupo-executivo desde janeiro a outubro de 1996, quando se concluiu a Fase I do Observatório de Qualidade de Vida da Cidade de Campinas.

## CONHECENDO AS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE CAMPINAS

Nas duas últimas décadas, Campinas vem se consolidando como pólo terciário e sede de região metropolitana. Sua base produtiva e tecnológica coloca-a em posição privilegiada, em face de outras cidades para inserir-se no atual processo econômico de globalização e reestruturação econômica. Entretanto, o crescimento da cidade vem se dando de forma desordenada, produzindo diferentes realidades segundo as suas diversas regiões, as quais necessitam de políticas específicas de correção e controle que busquem um desenvolvimento equilibrado.

É neste contexto que se insere o processo de revisão e detalhamento do Plano Diretor de Campinas (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995), que coloca como orientação fundamental para a gestão da cidade, a descentralização da administração pública e a participação da comunidade. Procurou-se adotar um eixo de trabalho que tem como referência, por um lado, a preservação do patrimônio natural e a racionalização do uso dos recursos naturais e, por outro, a qualidade e o equilíbrio ambiental da cidade, definido-se macrozonas que formam um gradiente quanto à factibilidade e conveniência de urbanização no curto, médio e longo prazos.

As macrozonas foram divididas em 37 áreas de planejamento (APs), para as quais definiram-se diretrizes específicas. As APs constituem recortes espaciais delimitados em função da dinâmica de estruturação urbana e da inter-relação dos problemas localmente, identificados.

Desta forma, apresentam diferentes extensões territoriais e contingentes populacionais, que variam segundo o grau de consolidação e complexidade urbana.

A área urbana do município foi dividida em 77 unidades territoriais básicas (UTBs), que correspondem, cada qual, a um bairro ou a um conjunto de bairros. O critério desta subdivisão foi a identificação de barreiras físicas, tais como: sistema viário, córregos e rios que separam porções do espaço urbano que guardam grau significativo de homogeneidade. Neste sentido, foram analisadas informações relativas a níveis de renda e a padrões de ocupação. A denominação das unidades territoriais básicas procurou consagrar os nomes pelos quais a população reconhece as unidades em questão.

As APs e as UTBs serão as bases espaciais para o detalhamento da legislação urbanística. É importante destacar que a subdivisão em 37 APs e 77 UTBs guarda correspondência não só com as macrozonas, mas também com a divisão em regiões administrativas, dado que as Secretarias de Ação Regional serão o apoio do desenvolvimento e implantação das políticas

públicas e dos planos locais. A estrutura urbana e a organização territorial aqui apresentada, considerou como elementos presentes na problematização do desenvolvimento urbano de Campinas as questões ambientais e de estrutura em especial aquelas relativas ao sistema viário e de transportes e ao saneamento básico, a isto vão se somar outros indicadores referentes ao "Nível de Qualidade da Vida" da população residente.

A escolha desta base (UTBs) para o índice de Qualidade de Vida consolida esta sistemática, integrada ao trabalho das SAR's e ao esforço feito no âmbito do convênio com a Organização Pan-americana de Saúde - OPAS, no "Programa Campinas Cidade Saudável", cujo objetivo principal consiste em propiciar a melhoria da qualidade de vida em Campinas para toda a população, com ênfase nas camadas mais carentes e desassistidas.

## **METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO "INDICADOR DE QUALIDADE DE VIDA"**

### **Objetivos**

Os seguintes objetivos permearam a construção do indicador de qualidade de vida de Campinas:

- introduzir a concepção intersetorial da qualidade de vida
- olhar para a cidade sob a ótica de unidades territoriais distintas, examinando as limitações e potenciais das fontes de dados municipais;
- elaborar um modelo técnico para a construção de um indicador composto de qualidade de vida;
- introduzir a discussão sobre definição de parâmetros mínimos de qualidade de vida;
- problematizar conceitos relacionados ao tema da qualidade de vida;

Após definição, pelo grupo intersetorial ampliado, das variáveis-referência - "renda", "saúde", "educação", "transporte", "habitação", "meio - ambiente" - e das UTBs como base geográfica do indicador composto, iniciou-se o processo técnico e elaboração do Indicador de Qualidade de Vida. Este processo teve a duração de 10 meses (janeiro a outubro) e foi conduzido

por um grupo-executivo composto por sete pessoas. O trabalho de computação e compatibilização dos dados foi desenvolvido portécnica da Secretaria de Governo com um profundo conhecimento dos bairros e ruas de Campinas.

### **Passos seguidos para a construção do indicador**

1. A partir das variáveis referências - "renda", "saúde", "educação", "transporte", "habitação", "meio-ambiente" - os seguinte indicadores foram selecionados: (1) percentual de chefes de família sem rendimento ou com até 2 salários mínimos; (2) percentual de população analfabeta de 15 anos ou mais; (3) percentual de domicílios em aglomerados sub-normais; (4) percentual de domicílios com acesso precário à água; (5) percentual de domicílios com acesso precário ao esgoto; (6) percentual de domicílios com acesso precário à coleta de lixo.

2. Tabulação dos valores dos indicadores acima para cada UTB, a partir dos dados do Censo IBGE, 1991 após exclusão para fins de análise das seguintes áreas: UTBs com população igual a zero, UTBs com população inferior a 0,1% da população total da cidade e a zona rural das áreas de Planejamento. Este exercício resultou na exclusão de 17 UTBs e áreas rurais representando apenas 2% da população total da cidade. Para as UTBs (21, 22, 22-B, 23,38, 42) inexisiam algumas variáveis, nesse caso admitiu-se o valor zero para os respectivos indicadores.

3. Estabelecimento de dois critérios de relação - "absoluto" e "relativo" - entre os dados de cada UTB e a cidade como um todo. A relação "absoluta" levou em conta, para cada indicador, a representação percentual do valor da UTB em relação ao valor total da cidade. Por exemplo, a UTB 47, possui 4099 chefes de família sem rendimento ou com até 2 salários mínimos que representam 1,95% de todos os domicílios de chefes de família sem rendimento ou com até 2 salários-mínimos da cidade de Campinas. A relação "relativa", por outro lado, apontou a relação intra- UTB para cada indicador. Por exemplo, tomando novamente o exemplo da renda para a UTB 47, os 4099 domicílios de chefes de família sem rendimento ou com até 2 salários mínimos representam 29,21% e todos os domicílios totais existentes na UTB 47.

Se em termos absolutos, a UTB 44 é a que apresenta o maior percentual de "pobres" da cidade, em termos relativos, o seu número de "pobres", como uma proporção do total dos domicílio da UTB, é de 26,58%, abaixo da proporção de outras UTBs como a 8 com 37,89% e a 48 com 33,9% de "pobres" em relação aos "não pobres", dentro da UTB.

Em se adotando o critério "absoluto", políticas públicas poderiam priorizar ações dirigidas

à UTB 47, enquanto, ao se levar em conta o critério “relativo” as UTBs 8 e 48 passariam a ser mais prioritárias.

Quais as principais diferenças conceituais entre o estabelecimento dos dois critérios de relação: “absoluto” e “relativo”?

O primeiro indica qual é a proporção na UTB em relação a cidade como um todo, indicando um ranking de magnitudes quantitativas entre as UTBs. A maior quantidade de problemas ficaria no topo das prioridades, onde provavelmente o custo relativo de atender as famílias naquela UTB seria menor que naquelas UTBs, com menor quantidade de problemas, além de que, o atendimento de maiores quantidades absolutas garante maior visibilidade ao programa.

O critério “relativo” por outro lado, não releva tanto as quantidades absolutas de problemas mas a relação das proporções entre “domicílios com problemas” e “domicílios sem problemas” numa mesma UTB. Aqui, o foco é no local e não no âmbito geral da cidade. Enquanto o critério “absoluto” dá suporte ao macroplanejamento urbano de caráter mais centralizado, o critério “relativo” poderia favorecer um planejamento mais local e descentralizado. A tabela 1 apresenta as 60 UTBs e seus respectivos percentuais “absoluto” e “relativo” em relação aos chefes e família s/ renda ou com até 2 salários mínimos.

TABELA 1: Distribuição dos percentuais “relativo” e “absoluto” para as 60 UTBS em relação aos chefes de família sem renda ou com até 2 salários mínimos

UTB	BAIRRO	Nº Chefes de Família	Chefes Família s/ renda ou até 2 sal.min	RELATIVO		ABSOLUTO	
				Ranking	%s/ UTB	Ranking	%s/ UTB
2	Guará	948	182	0,25	19,20	0,79	0,09
4	Centro Br. Geraldo	2843	566	0,22	19,91	0,33	0,27
5	Cidade Universitária	1934	91	0,91	4,96	0,90	0,04
7	Real Parque	799	228	-0,11	28,54	0,73	0,11
8	PUC/ Pq das Universidades	227	86	-0,43	37,89	0,90	0,04
9	S. Martin	544	151	-0,08	27,76	0,83	0,07
10	São Marcos/ Amarais	4344	2093	-0,79	48,18	-0,34	1,00
11	NV Aparecida/ Pe Anchieta	4551	1297	-0,11	28,5	-0,08	0,62
12	Fazendinha/ Sta Bárbara	2992	820	-0,07	27,41	0,02	0,39
13	Pq Via Norte	2378	768	-0,24	32,2	0,08	0,37

UTB	BAIRRO	Nº Chefes de Família	Chefes Família s/ renda ou até 2 sal.min	RELATIVO		ABSOLUTO	
				Ranking	%/ UTB	Ranking	%/ UTB
14	Faz. Chapadão	195	6	1,00	3,08	1,00	0,00
16	VL Nova	1738	254	0,46	14,61	0,00	0,12
17	Chapadão	4262	1149	-0,05	26,96	-0,03	0,55
18	Castelo	3351	374	0,62	11,16	0,56	0,18
19	Bonfim	2608	564	0,14	21,63	0,33	0,27
20	Jd Aurélia	6800	1132	0,37	16,65	-0,03	0,54
21	C.Gomes/Monte Belo/ Chac. Garc	253	137	-1,00	54,15	0,84	0,07
22	Jd. Miriam/ Pq Xangrilá	328	86	-0,03	26,22	0,90	0,04
23	VL Costa e Silva / VL M.V.Cury	3838	1063	-0,08	27,7	-0,01	0,51
24	Monsões Sto Antonio/ Sta Cândida	774	178	0,07	23,00	0,79	0,08
25	Primavera/Pq Taquaral	2135	417	0,23	19,53	0,51	0,20
26	São Quirino	5454	1710	-0,21	31,35	-0,22	0,81
27	Jd. N Sra. Auxiliadora	6354	1145	0,3	18,02	-0,03	0,55
28	Pq. Brasília	3351	1045	-0,2	31,18	0,00	0,50
29	Carrefour/ Galeria/ Feac	455	186	-0,54	40,88	0,78	0,09
30	Guanabara	4360	474	0,64	10,87	0,44	0,23
31	Cambuí	9126	768	0,75	8,42	0,08	0,37
32	Flamboyant	4607	643	0,49	13,96	0,23	0,31
33	Vi. Brandina	1392	309	0,11	22,20	0,64	0,15
34	Centro Br. Geraldo	6886	687	0,68	9,98	0,18	0,33
35	Bosque	5408	619	0,61	11,45	0,26	0,29
36	N.Campinas	1778	128	0,81	7,2	0,85	0,06
38	Notre Dame/Alto Nova Campinas	313	48	0,43	15,34	0,95	0,02
39	São Conrado	235	33	0,49	14,04	0,97	0,02
40	Centro Souza	2088	612	-0,13	29,31	0,27	0,29
42	Joaquim Egidio	416	163	-0,48	39,18	0,81	0,08
44	Jd. Garcia / Campos Eliseos	15521	4125	-0,04	26,58	(1,00)	1,96
45	Pq. Valência	6159	2242	-0,38	36,4	-0,39	1,07
46	Campo Grande/ Florence	4227	1679	0,50	39,72	-0,21	0,80
47	NV.Campos Eliseos/ Sta Lucia	14031	4099	-0,13	29,21	-0,99	1,95
48	Mauro Marcondes/O Verde	925	3136	-0,29	33,9	-0,68	1,49
49	Maria Rosa	1913	569	-0,15	29,74	0,32	0,27
50	Jd. S. Cristovão	2453	813	-0,27	33,14	0,03	0,39
55	VL Teixeira/Pq Itália/ Pq Industrial	11048	2520	0,08	22,81	-0,48	1,20
56	Ponte Preta	4133	837	0,20	20,25	0,00	0,40
57	Jd. Proença	5847	1199	0,19	20,51	-0,05	0,57
58	S. Fernando/VL Orosimbo Maia/C	4974	1705	-0,31	34,28	-0,21	0,81
59	V.Pompéia/Jd do Lago	5917	1453	0,00	24,56	-0,13	0,69
60	NV Europa/Pq da Figueira	5570	1418	0,00	25,46	-0,12	0,68

UTB	BAIRRO	Nº Chefes de Família	Chefes Família s/ renda ou até 2 sal.min	RELATIVO		ABSOLUTO	
				Ranking	%s/ UTB	Ranking	%s/ UTB
6	Jd. Dos Oliveiras/wift	9049	2324	-0,01	25,68	-0,42	1,11
62	Jd.Esmeraldina/Jd.S. Pedro/Jd.S.V	5401	1662	-0,19	30,77	-0,2	0,79
63	Pq Jambeiro/Remonta	393	121	-0,19	30,79	0,86	0,06
64	Icarai/Jd das Bandeiras	2951	1109	-0,42	37,58	-0,02	0,53
65	NV Mercedes	306	138	-0,68	45,1	0,84	0,07
66	Jd São Domingos/CP Belo	1238	447	-0,37	36,11	0,47	0,21
67	Jd Fernanda	455	75	0,38	16,48	0,92	0,04
22-B	Pq Imperador	304	101	-0,27	33,22	0,89	0,05
38-A	Bairro das Palmeiras	350	53	0,44	15,14	0,94	0,03
66-A	JD. NV América	672	223	-0,27	33,18	0,74	0,11
TOTAL		218760	53754	3,94	1525,86	16,19	25,65

FONTE: Observatório de Qualidade de Vida de Campinas, 1996.

4. Em seguida procedeu-se à construção propriamente dita do indicador de qualidade de vida que incluiu as seguintes etapas:

. Classificação em ordem decrescente dos percentuais “absolutos” e “relativos” obtidos para as 60 UTBs em relação aos indicadores selecionados.

. Cálculo da média dos percentuais “absolutos” e “relativos” para todos os indicadores selecionados.

Em média estabelece-se como um limiar para cada indicador. Esse limiar foi considerado o “padrão mínimo” aceitável para cada indicador. Para os percentuais “absolutos” e “relativos” baixo do padrão mínimo” atribuíram-se índices negativos entre 0 e 1 para percentuais “absolutos” e “relativos” acima do “padrão mínimo” atribuíram-se índices positivos entre 0 e + 1<sup>2</sup>. A adoção de padrões baseados na média da cidade, e não em padrões nacionais ou internacionais já consagrados, subentende um processo de melhoria contínua em que a cidade se compara sempre consigo mesma, uma vez que esses limiares se modificam ao longo do tempo<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Os valores entre 0 e 1 e -1 são calculados a partir das fórmulas:  $Z_{ijt} = [X_{ijt} - \min X_{ijt}]$  onde X representa as variáveis consideráveis [ $\max X_{ijt} - \min X_{ijt}$ ] (PUND, 1993).

<sup>3</sup> Essa metodologia está baseada na elaboração do índice de desenvolvimento humano (idh) da ONU/PNUD e na construção do indicador composto de exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo da PUC/CEDEC/Comissão Arquidiocesana da Campanha da Fraternidade (Sposati et al, 1996)

TABELA 2: Distribuição dos índices de infraestrutura para as 60 UTBs de Campinas

UTB	NOME	ÁGUA	água	ESG.	esgoto	LIXO	lixo	SOMA DE INFRA-ESTRUTURA
2	Guará	-0,04	-0,01	-0,05	-0,03	0,00	0,00	-0,03
4	Centro BR.Geraldo	0,84	0,17	0,65	0,32	0,85	0,25	0,75
5	Cidade Universitária	0,95	0,19	0,91	0,46	0,95	0,28	0,93
7	Real Parque	0,44	0,09	-0,89	-0,45	0,29	0,09	-0,27
8	PUCC/Pq. das Universidades	-0,11	-0,02	0,33	0,16	-0,07	-0,02	0,12
9	S.Martin	-0,13	-0,03	0,00	0,00	-0,16	-0,05	-0,07
10	São Marcos/Amarais	0,00	0,00	-0,10	-0,05	-0,14	-0,04	-0,09
11	NV Aparecida/Pe Anchieta	0,26	0,05	0,43	0,22	0,88	0,26	0,53
12	Fazendinha/Sta Bárbara	0,00	0,00	-0,17	-0,09	0,77	0,23	0,14
13	Pq Via Norte	0,96	0,19	0,95	0,48	0,92	0,28	0,94
14	Faz. Chapadão	0,91	0,18	1,00	0,50	0,81	0,24	0,92
15	Faz. Sta. Elisa	0,07	0,01	1,00	0,50	0,55	0,17	0,68
16	VL Nova	1,00	0,20	0,99	0,50	0,55	0,17	0,68
17	Chapadão	0,97	0,19	0,77	0,39	0,93	0,28	0,86
18	Castelo	0,99	0,20	0,98	0,49	0,98	0,29	0,98
19	Bonfim	1,00	0,20	0,98	0,49	0,98	0,29	0,98
20	Jd. Aurélia	0,99	0,20	0,97	0,48	0,92	0,28	0,96
21	C.Gomes/Monte Belo/+ Chac. Ga	0,84	-0,17	-0,65	-0,32	-1,00	-0,30	-0,79
22	Jd. Miriam/Pq Xangrilá	-0,14	-0,03	-1,00	-0,50	-0,24	-0,07	-0,60
23	VL Costa e Silva/ VL M.V.Cury	0,93	0,19	-0,48	-0,24	0,94	0,28	0,23
24	Monsões Sto Antônio/ Sta Cândida	0,95	0,19	-0,48	-0,24	0,94	0,28	0,23
25	Primavera/Pq Taquaral	0,97	0,19	0,97	0,48	0,95	0,28	0,96
26	São Quirino	0,79	0,16	0,43	0,22	0,42	0,13	0,50
27	Jd. N.Sra. Auxiliadora	1,00	0,20	0,99	0,49	0,99	0,3	0,48
28	Pq. Brasília	0,74	-0,02	-0,12	-0,06	-0,3	-0,09	-0,17
29	Carrefour/Galeria/ FEAC	-0,12	-0,02	-0,12	-0,06	-0,30	-0,09	-0,17
30	Guanabara	1,00	0,20	0,99	0,50	1,00	0,30	0,99
31	Cambuí	1,00	0,20	0,99	0,50	0,99	0,30	0,99
32	Flamboyant	0,90	0,18	0,61	0,30	0,73	0,22	0,70
33	VL. Brandina	0,56	0,11	0,00	0,00	0,18	0,05	0,16
34	Centro	1,00	0,20	1,00	0,50	1,00	0,30	1,00
35	Bosque	0,99	0,20	0,98	0,49	1,00	0,30	0,99
36	N.Campinas	0,99	0,20	0,95	0,47	0,97	0,29	0,96
38	Notre Dame/Alto Nova Campinas	0,42	0,08	0,84	0,42	-0,07	-0,02	0,48
39	São Conrado	0,81	0,16	-0,47	-0,23	0,00	0,00	-0,07
40	Centro Souza	0,28	0,06	0,24	0,12	0,73	0,22	0,40
42	Joaquim Egidio	-0,21	-0,04	-0,11	-0,05	-0,27	-0,08	-0,18
44	Jd. Garcia/Campos Eliseos	0,93	0,19	0,79	0,40	0,59	0,18	0,76
45	Pq Valência	0,54	0,11	-0,18	-0,09	0,04	0,01	0,03
46	Campo Grande/ Florence	-0,14	-0,03	-0,18	-0,09	-0,17	-0,05	-0,17
47	NV.Campos Eliseos/ Sta Lúcia	0,54	0,11	0,34	0,17	0,13	0,04	0,32

UTB	NOME	ÁGUA	água	ESG.	esgoto	LIXO	lixo	SOMA DE INFRA-ESTRUTURA
48	Mauro Marcondes/ O Verde	0,37	0,07	0,19	0,09	0,16	0,05	0,21
49	Maria Rosa	0,43	0,09	0,42	0,21	0,09	0,03	0,33
50	Jd. S. Cristovão	0,02	0,00	-0,83	-0,41	-0,07	-0,02	-0,44
51	DIC's/COHAB	0,85	0,17	0,89	0,44	0,81	0,24	0,85
55	VL Teixeira/Pq Itália/ Pq Indus	0,99	0,20	0,98	0,49	0,97	0,29	0,98
56	Ponte Preta	1,00	0,20	0,99	0,49	0,98	0,29	0,99
57	JS Proença	0,97	0,19	0,75	0,37	0,88	0,26	0,83
58	S.Fernando/VL Orosimbo Maia	0,42	0,08	0,01	0,00	0,21	0,06	0,15
59	V.Pompéia/Jd do Lago	0,99	0,20	0,83	0,42	0,83	0,25	0,86
60	NV Europa/Pq da Figuera	0,94	0,19	0,91	0,46	0,79	0,24	0,88
61	Jd. Dos Oliveiras / SWIFT	0,95	0,19	0,70	0,35	0,71	0,21	0,75
62	Jd. Esmeraldina/Jd S.Pedro/Jd	0,82	0,16	0,21	0,10	0,23	0,07	0,34
63	Pq Jambreiro/ Remonta	0,24	0,05	-0,88	-0,44	-0,02	-0,01	-0,40
64	Icarai/Jd das Bandeiras	0,19	0,04	-0,15	-0,07	0,02	0,01	-0,03
65	NV Mercedes	-0,13	-0,03	0,00	0,00	-0,16	-0,05	-0,08
66	Jd. São Domingos/ CP Belo	-1,00	-0,2	-0,47	-0,23	-0,37	-0,11	-0,54
67	Jd. Fernanda	-0,24	-0,05	0,17	0,08	-0,29	-0,09	-0,05
22-B	Pq. Imperador	-0,32	-0,06	-0,66	-0,33	-0,05	-0,02	-0,41
38-A	Bairro das Palmeiras	0,68	0,14	0,27	0,13	-0,04	-0,01	0,26
66-A	Jd. Nova América	-0,19	-0,04	-0,93	-0,46	-0,71	0,21	-0,29
	A	B	C	D	E	F	G	
			A*0,2		C*0,5		E*0,3	

Fonte: Observatório de Qualidade de Vida de Campinas, 1996.

O I.Q.V. de cada UTB foi formado então a partir da soma dos índices obtidos em relação às respectivas variáveis renda, educação, habitação e infra- estrutura sanitária.

As tabelas 3 e 4 mostram a posição das UTBs no ranking dos I.Q.V. “absoluto” e “relativo”. Para uma melhor compreensão a variação inicial entre -1 e +1 foi transformada proporcionalmente entre +10 e - 10 significando o grau de maior ou menor afastamento do “padrão mínimo”. Para os valores “absolutos” há 13 UTBs com I.Q.V. negativos e para os valores “relativos” os I.Q.V. negativos representam 18 UTBs.

Os índices obtidos em relação aos indicadores relacionados com a água, esgoto e lixo para cada UTB foram multiplicados, respectivamente, por 0,2, 0,3 e 0,5 atribuindo-lhes peso (importância) diferenciado para conformação do indicador de "infra-estrutura sanitária" conforme representado Tabela 2.

TABELA 3: Posição das UTBs no ranking dos IQV "absoluto"

RANKING	BAIRRO	UTB SAR	POP	IQV
1º	Cidade Universitária	5 N	7.469	9,58
2º	Faz. Chapadão	14 N	876	9,35
3º	Cambui	31 L	26.168	9,31
4º	N.Campinas	36 L	7.072	9,2
5º	Centro	34 L	16.626	9,18
6º	Bosque	35 L	14.645	8,99
7º	Castelo	18 N	12.114	8,88
8º	Guanabara	30 L	11.560	8,85
9º	VL Nova	16 N	6.010	7,77
10º	Jd. N.Sra. Auxiliadora	27 L	22.197	7,41
11º	Ponte Preta	56 S	14.075	7,16
12º	Jd. Aurélia	20 N	25.305	6,99
13º	Bonfim	19 N	8.623	6,79
14º	VL Teixeira/Pq Itália/Pq Industrial	55 N	38.782	6,5
15º	Primavera/Pq Taquaral	25 N	8.539	6,45
16º	Notre Dame/Alto Nova Campinas	38 L	1.251	5,97
17º	Flamboyant	32 L	16.730	5,66
18º	Centro BR Geraldo	4 N	10.831	5,51
19º	VL Costa e Silva/VL M.V. Cury	23 L	15.714	5,19
20º	DIC'S/COHAB	51 O	26.989	5,04
21º	NV Europa/Pq da Figueira	60 S	21.544	4,88
22º	Pq. Via Norte	13 N	9.458	4,57
23º	V.Pompéia/Jd do Lago	59 S	21.995	4,19
24º	Jd. Proença	57 S	21.268	3,86
25º	Monsões Sto Antonio/Sta Cândida	24 L	3.285	3,44
26º	Guará	2 N	3.744	3,32
27º	Chapadão	17 N	16.462	3,22
28º	Jd. Fernanda	67 S	2.143	2,88
29º	NV Aparecida/Pe Anchieta	11 N	18.597	2,65
30º	Bairro das Palmeiras	38-A L	1.520	2,41
31º	Jd. dos Oliveiras/Swift	61 S	33.682	2,24
32º	Jd. Garcia/Campos Eliseos	44 O	59.354	1,8
33º	Maria Rosa	49 O	59.354	1,8
34º	São Conrado	39 L	1.029	1,26
35º	PUCC/Pq das Universidades	8 N	958	1,23
36º	Pq. Jambeiro/Remonta	63 S	1.613	1
37º	S. Martin	9 N	2.380	0,78
38º	Pq Imperador	22-B L	1.289	0,67
39º	Centro Souza	40 L	8.219	0,66
40º	Pq Brasília	28 L	13.505	0,63
41º	Jd. Miriam/Pq Xangrilá	22 L	1.275	0,6
42º	VL Brandina	33 L	5.800	0,13
43º	NV Campos Eliseos/Sta/ Lucia	47 O	57.491	-0,02
44º	Jd. Esmeraldina/Jd. S. Pedro/Jd. D.	62 S	21.771	-0,07
45º	São Quirino	26 L	22.567	-0,2
46º	Fazendinha/Sta Bárbara	12 N	12.932	-0,2

RANKING	BAIRRO	UTB SAR	POP	IQV
47º	NV Mercedes	65 S	1.282	-0,56
48º	Mauro Marcondes/O Verde	++48 O	39.554	-1,02
49º	S. Fernando/VL Orosimbo Maia/	58 S	21.073	-1,28
50º	Real Parque	7 N	3.487	-1,63
51º	Joaquim Egídio	42 L	1.738	-1,64
52º	Pq Valença	45 O	26.669	-1,64
53º	Jd. NV América	66-A S	2.772	-2,78
54º	Jd. S. Cristovão	50 O	10.717	-3,06
55º	Icarai/Jd. das Bandeiras	64 S	12.985	-3,51
56º	C. Gomes/Monte Belo/Chac. Gar	21 L	1.016	-3,87
57º	Campo Grande/Florence	46 O	18.273	-3,96
58º	São Marcos/Amaris	10 N	18.837	-4,69
59º	Jd. São Domingos/Campo Belo	66 S	5.311	-4,77
60º	Carrefour/Galeria/FEAC	29 L	1.945	-5,83

Fonte: Observatório de Qualidade de Vida de Campinas, 1996.

TABELA 4: Posição das UTBs no ranking dos IQV "relativo"

RANKING	BAIRRO	UTB SAR	POP	IQV
1º	Faz. Chapadão	14 N	876	9,97
2º	Notre Dame/Alto Nova Campinas	38 L	1.251	9,41
3º	Cidade Universitária	5 N	7.469	9,39
4º	N. Campinas	36 L	7.072	9,24
5º	PUCC/Pq das Universidades	8 N	958	9,04
6º	VL Nova	16 N	6.010	8,71
7º	Bairro das Palmeiras	38-A L	1.520	8,59
8º	São Conrado	39 L	1.029	8,5
9º	Castelo	18 N	12.114	
10º	NV Mercedes	65 S	1.282	8,22
11º	Pq Imperador	22-B L	1.289	8,03
12º	Guanabara	30 L	11.560	7,98
13º	Pq Jambeiro/Remonta	63 S	1.613	7,79
14º	Jd. Fernanda	67 S	2.143	7,78
15º	Mansões Sto Antonio/Sta. Cândida	24 L	3.285	7,62
16º	Bosque	35 L	14.645	7,57
17º	Primavera/Pq Taquaral	25 L	8.539	7,55
18º	Jd. Miriam/Pq Xangrilá	22 L	1.275	7,51
19º	Bonfim	19 N	8.623	7,42
20º	Centro	34 L	16.626	7,32
21º	S. Martin	9 N	2.380	7,29
22º	C. Gomes/Monte Belo/Chac. Gar	21 L	1.016	7,18
23º	Guará	2 N	3.744	6,99
24º	Joaquim Egídio	42 L	1.738	6,69
25º	Cambuí	31 L	26.168	6,63
26º	Ponte Preta	56 S	14.075	6,18
27º	Pq. Via Norte	13 N	9.458	5,89
28º	Centro Br. Geraldo	4 N	10.831	5,7
29º	Real Parque	7 N	3.487	5,53
30º	Jd. N. Sra. Auxiliadora	27 N	22.197	5,34
31º	Jd. NV América	66-A S	2.772	5,12
32º	VL Costa e Silva/VL M.V.Cury	23 L	15.714	4,74
33º	Carrefour/Galeria/FEAC	29 L	1.945	4,56
34º	Jd. Aurélia	20 N	25.305	4,29
35º	Maria Rosa	49 O	7.855	3,64
36º	VL Brandina	33 L	5.800	3,4
37º	NV. Europa/Pq da Figueira	60 S	21.544	3,26
39º	Flamboyant	32 L	16.730	2,91

RANKING	BAIRRO	UTB SAR	POP	IQV
40 <sup>o</sup>	Centro Sousas	40 L	8.219	2,86
41 <sup>o</sup>	Chapadão	17 N	16.462	2,42
42 <sup>o</sup>	DIC's/COHAB	51 O	26.989	2,38
43 <sup>o</sup>	V. Pompéia/Jd do Lago	59 S	21.995	2,12
44 <sup>o</sup>	Jd. Proença	57 S	21.268	0,95
45 <sup>o</sup>	NV Aparecida/Pe Anchieta	11 N	18.597	0,53
46 <sup>o</sup>	Jd. São Domingos/Campo Belo	66 S	5.311	0,46
47 <sup>o</sup>	Pq Brasília	28 L	13.505	0,29
48 <sup>o</sup>	Fazendinha/Sta Bárbara	12 N	12.932	-0,5
49 <sup>o</sup>	Jd. Esmeraldina/Jd. S.Pedro/Jd.	62 S	21.771	-1,56
50 <sup>o</sup>	Jd. S. Cristovão	50 O	10.717	-1,78
51 <sup>o</sup>	Jd. dos Oliveiras/Swift	61 S	33.682	-1,88
52 <sup>o</sup>	Icarai/Jd das Bandeiras	64 S	12.985	-2,01
53 <sup>o</sup>	S. Fernando/VL Orosimbo Maia/	58 S	21.073	-2,69
54 <sup>o</sup>	São Quirino	26 L	22.567	-2,87
55 <sup>o</sup>	Pq Valença	45 O	26.669	-3,81
56 <sup>o</sup>	Campo Grande/Florence	46 O	18.273	-4,63
57 <sup>o</sup>	São Marcos/Amarais	10 N	18.837	-5,04
58 <sup>o</sup>	Mauro Marcondes/O Verde	48 O	39.554	-5,89
59 <sup>o</sup>	Jd. Garcia/Campos Eliseos	44 O	59.354	-6,23
60 <sup>o</sup>	NV Campos Eliseos/Sta Lúcia	47 O	57.491	-9,37

Fonte: Observatório de Qualidade de Vida de Campinas, 1996.

## GEOGRAFIAS DE SITUAÇÕES - PROBLEMA

Viver em condições satisfatórias de qualidade de vida pressupõe ausências de "rupturas no fluxo da vida". Em outras palavras, a garantia de segurança para a vida das populações dos territórios urbanos e rurais. Ao poder público e à comunidade cabem envidar esforços no sentido de cada vez mais minimizar os riscos a que estão submetidas. Se o I.Q.V. obtido para cada UTB informa sobre os determinantes sócio-sanitários sob as quais vivem os habitantes dessas UTBs, a análise de situações - problema que acometem esses habitantes aponta para os riscos diferenciados entre os distintos espaços territoriais.

Quatro situações problema foram consideradas, a princípio, e examinadas pelo grupo-executivo: saúde, transporte, segurança-pública e meio ambiente..

As duas primeiras foram as que apresentaram dados passíveis de desagregação territorial entre as 4 grandes regiões da cidade de Campinas, não propiciando, infelizmente, possibilidades de desagregação para as 60 UTBs. A análise das 4 regiões pode ser obtida junto à P.M. de Campinas ou com os autores.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

O ritmo de crescimento das cidades brasileiras vai muito além da sua capacidade de produzir dados atualizados que demonstrem esse crescimento, e apontem com clareza as conseqüências sobre a qualidade de vida das populações urbanas. Se por um lado, há tradição de monitoramento contínuo, em intervalos anuais, mensais e até diários, dos indicadores econômicos, como por exemplo, a inflação e o comércio exterior, o mesmo não se pode dizer dos dados sociais, que possuem os censos decenais como um dos seus principais termômetros.

Por isso, falar da qualidade de vida em Campinas como um todo, para o ano de 1996, utilizando-se de dados coletados em 1991, parece um exercício anacrônico, quando há dados mais recentes dizendo por exemplo, que nos últimos 5 anos Campinas ganhou 31 novas favelas (Folha de São Paulo, 1996)

O conceito de qualidade de vida é bastante abrangente e sua representação através de dados quantitativos pressupõe uma gama variada de indicadores. Entretanto, as bases de dados tradicionais existentes nos municípios brasileiros não possuem amplo leque de indicadores de qualidade de vida urbana desagregados por pequenos territórios. Esta deficiência cria lacunas na totalidade da apresentação quantitativa do fenômeno em pequenos espaços locais, no caso de Campinas, nas UTBs, formando “gavetas vazias” nas bases de dados municipais, que precisam ser “preenchidas”, para darem conta da descrição local da qualidade de vida.

Entretanto, tal exercício lança bases importantes para consolidar um processo intersetorial de monitoramento contínuo da qualidade de vida na cidade, ao equacionar importantes questões no processo de explorar as bases de dados atualmente existentes no município, tais como: o desenvolvimento de uma percepção clara da necessidade de base cartográfica digitalizada para toda a cidade; a criação de elementos que contribuam para o desenvolvimento de uma “cultura do local”, ao priorizar na análise a menor unidade territorial do município, a UTB; estreitamento das relações entre secretarias mais tradicionais e outras recentemente criadas, como por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública; reconhecimento e valorização de bancos de dados pouco conhecidos e pouco explorados, como por exemplo, o da Defesa Civil Municipal; reconhecimento concreto da necessidade de criação de um sistema municipal de informações de meio-ambiente, para que se expanda o conceito de qualidade de vida.

Mais ainda, o presente exercício de elaboração do indicador de qualidade sócio-sanitária de Campinas propiciou o levantamento da discussão dos dois critérios “absoluto” e “relativo”

como elementos importantes na determinação de caminhos alternativos e/ou complementares para a formulação de políticas públicas.

A construção desse indicador, e o conseqüente desenvolvimento do "Observatório", poderia ainda favorecer Campinas como uma fonte importante de subsídios para outras localidades que façam parte do movimento das cidades saudáveis, garantindo à Campinas local privilegiado no ranking das cidades saudáveis.

Pode-se ainda, almejar para o futuro, que a construção de um indicador de qualidade de vida urbana e o seu conseqüente monitoramento ao longo do tempo, pode redundar na "invenção" de um termômetro eficiente que possa medir, de forma indireta, a temperatura da gestão pública, atualmente tão carente de mecanismos avaliativos eficazes. Nesse sentido, os servidores públicos podem se colocar, ao mesmo tempo, como agentes de aperfeiçoamento da qualidade de vida da sua cidade, e também como beneficiários dessa melhoria da qualidade de vida no seu próprio ambiente urbano.

O lançamento, nessa publicação, da idéia de criação da Rede de Observação da Qualidade de Vida em Campinas visa criar as bases para a construção de uma nova visão de cidade, uma cidade para todos, que seja economicamente eficiente, socialmente equânime e sustentável do ponto de vista do meio ambiente. Para alcançar esse intento, há necessidade de, cada vez mais, estreitar-se relações e parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARSTAIRS, V. & MORRIS, R. Deprivation and mortality: an alternative to social class? *Community Med.*, 11: 210-19, 1989a.
- CARSTAIRS, V. & MORRIS, R. Deprivation: explaining differences in mortality between Scotland, England and Wales. *BMJ*, 299: 886-89, 1989b.
- DUHL, L.. Conditions for healthy cities, diversity, game boards and social entrepreneurs. *Environ. Urban.*, 5:112-24, 1993.
- FUNDAÇÃO IBGE *Censo demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991.
- LOCKER, D. *Measuring social inequality in dental health services research: individual, household and area-based measures*. Toronto, Department of Community Dentistry and Community Dental Health Services Research Unit, Faculty of Dentistry, University of Toronto, 1992.
- PARETO, V.E. A model to assess urban conditions and dimension development projects. *Habitat*

*Int.*, 16( ): 99-117, 1992.

PNUD Informe sobre desarrollo humano 1993. Madrid, CIDEAL., 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS Construindo novos rumos para a administração pública. Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS Campinas: plano diretor. Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 1995.

SPOSATI, A., KOGA, D., AKERMAN, M, MARQUES, M.B *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, 1996.

Wерна, E. United Nations Agencies' Urban Policies and Health. [Paper presented to the Conference 'Urban Health Research: Implications for Policy'. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London, 1994.]

Wерна, E. The evaluation of healthy city projects in developing countries. *Habitat Int.*, 19(3):1-13, 1995.

---

**Summary:** Given the assumption that the construction of a Healthy City demands a joint effort of all its inhabitants and that this is possible from a scientific basis the authors of the text present the experience of the Campinas Quality of Life Observatory Project that aims at the design of a quality of life index instrument. The phases described are the first intersectorial mobilization, conceptualization and localization of administrative and planning areas with special basis for the urbanistic project to be developed by future regional scope administrations. Second, the construction of the quality of life index itself from the 1991 demographic database and next discussions and recommendations. Such exercise has laid the bases for the consolidation of an efficient and feasible tool of continuous monitoring of an intersectorial process of quality of life betterment such as the one proposed by WHO for Healthy Cities.

**Key words:** construction; healthy city; quality of life

---

**Agradecimentos:**

Agradeço a colaboração competente de Adriana Pires na edição do texto. E as profas Ausonia Donato, Maria Erlinda Duckur Cassab e Helder Leal da Costa por suporte institucional; e intelectual ao trabalho.